

Um Negócio em Expansão

A SEGURANÇA PRIVADA E AS ARMAS LEVES

As empresas de Segurança Privada (*Private security companies* - PSCs) estão sob um crescente controle internacional, não apenas devido ao papel que tiveram nos conflitos do Afeganistão e do Iraque, mas também no que diz respeito à notada falta de responsáveis pelas ações cometidas por grupos privados. O envolvimento das PSCs internacionais nos conflitos atuais, divulgados em grande escala, tende a obscurecer uma tendência mais ampla de privatização da segurança na sociedade como um todo, especialmente em lugares onde não há conflito. As PSCs variam de uma pequena organização local à grandes empresas multinacionais, que efetuam contratos com vários clientes como Governos, corporações internacionais e domicílios privados.

Enquanto tem sido dispensada muita atenção ao debate sobre a legitimidade das PSCs ao assumirem funções consideradas de Estado, menos esforços foram direcionados para documentar os tipos de armas leves usadas pelas PSCs e as falhas potenciais em seu controle. O capítulo analisa a dimensão da indústria de segurança privada a nível global, calcula o tamanho de seu arsenal e coloca em questão se os equipamentos das PSCs contribuem ou ameaçam a segurança. As principais conclusões são:

- Tendo como base uma análise de 70 países, este estudo estima que o setor formal da segurança privada emprega entre 19,5 e 25,5 milhões de pessoas em todo o mundo.
- Numa estimativa baseada em extrapolações feitas a partir de inventários relatados, as PSCs possuem entre 1,7 e 3,7 milhões de armas leves em todo o mundo. Se a guarda de armas não declaradas ou ilegais forem incluídas, esta reserva seria incontestavelmente maior.
- Globalmente a reserva de armas de fogo das PSCs é apenas uma fração do estoque mantido pelas agências de segurança pública (26 milhões) e pelas forças armadas (200 milhões).
- Enquanto vários países proibiram oficialmente o uso de armas leves pelas PSCs, as reservas das empresas de segurança privada em algumas áreas afetadas por conflitos equivalem a mais do que três armas para cada empregado.
- Fora das áreas de conflito armado, as PSCs mais bem armadas estão na América Latina, com índices de armas por empregado quase dez vezes mais altos do que na Europa Ocidental.
- As PSCs que trabalham no Afeganistão e no Iraque foram equipadas com fuzis de assalto automáticos, metralhadoras, fuzis de precisão, e, em alguns casos, com foguetes lançadores de granadas, levantando dúvidas sobre as suas funções ditas 'defensivas'.



Um oficial paquistanês inspeciona armas sem licença, confiscadas de uma empresa de segurança local, Islamabad, setembro de 2009.
© Anjum Naveed/AP Photo



Guardas armados de uma firma de segurança privada praticando tiro ao alvo com pistolas 9 mm num estande de tiro, Johannesburg, África do Sul, junho de 1997. © Reuters

A indústria da segurança privada tem crescido de forma significativa em todo o mundo, empregando em muitos países um número de pessoal maior do que a própria polícia. As tendências identificáveis no emprego de funcionários das PSCs, nos prognósticos da indústria e nas contratações governamentais, sugerem que, num futuro previsível, ela continuará a se expandir. No entanto os mecanismos de controle projetados para regular esta expansão não estão acompanhando o ritmo de desenvolvimento da indústria. Os países estão geralmente atrasados no que diz respeito ao desenvolvimento de um mecanismo efetivo para a fiscalização das PSCs e eles parecem tomar as medidas necessárias apenas como uma reação aos abusos e não como uma prevenção a estes.

A América Latina se destaca como a região onde as PSCs são mais bem armadas.

Este capítulo revela que o nível do controle regulatório exercido sobre as armas de fogo das PSCs não é uma exceção à esta regra. Algumas PSCs estiveram envolvidas com a aquisição e posse ilegal de armas de fogo, perderam armas através de roubos e usam suas armas leves contra civis, sem ter havido qualquer tipo de provocação por parte destes. As informações disponíveis alcançam a beira do ridículo, de qualquer maneira, o acompanhamento da reserva das PSCs e o seu uso de armas de fogo progrediu apenas em casos isolados e em resposta aos abusos divulgados em grande escala. Pouco se tem notícia, ou se é conhecido, sobre a quantidade atual e os tipos de armas de fogo mantidas pelos PSCs. Em muitos países não existem normas oficiais para a gerência e a salvaguarda de armas das PSCs, tão pouco para o treinamento do seu pessoal.

A falta de uma regulamentação efetiva fez com que a indústria da segurança privada tenha alcançado um amplo incremento de seus próprios padrões relativos às armas de fogo, incrementos que somente as grandes companhias estão aptas a implementar e têm o propósito para tanto. O caráter confidencial dos regulamentos internos das PSCs fez com que estas normas não tenham sido amplamente divulgadas ou partilhadas entre si, resultando na existência de diferentes PSCs, submetidas à regras diversificadas.

O esforço contínuo para regular a indústria da segurança privada em termos internacionais, nacionais e da própria indústria, seguindo a adoção do Documento de Montreal, tem um potencial devido ao buy-in da indústria e dos países participantes, como também devido à intenção de criar mecanismos de fiscalização independentes. A avaliação da sua eficácia irá exigir um incremento da transparência e um repasse de informações sobre as qualificações dos empregados das PSCs, o nível de treinamento e a incidência de comportamentos abusivo. Da mesma forma, é necessário mais informações para avaliar, se os controles das armas de fogo das PSCs estão sendo efetivamente implementados e executados.

Uma falta de transparência no que se refere aos procedimentos internos das PSCs dificulta uma avaliação objetiva.

A exigência de uma maior transparência das PSCs com respeito às suas reservas e ao descarte de armas de fogo, melhoraria de modo significativo a capacidade de medir os avanços e manter a indústria em normas internacionais. Para a indústria os riscos são potencialmente altos: a falha em fornecer uma prova da conformidade com as normas aceitáveis poderia expô-la à crítica pública, à perda de negócios, e em último caso, à reações drásticas do Governo. ■